

## RELATÓRIO

**Audiência Pública “Desafios do Ordenamento Urbano no Bairro da Barra”**

**Local: Auditório do Grande Hotel da Barra**

**Data: 22/10/2021**

**Horário: 14h30 às 18h20**

### Componentes da Mesa

**Augusto Vasconcelos** – Vereador, Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

**Waltson Campos** – Diretor de Comunicação e Relações Públicas da AMABARRA

**Major PM Uildnei Carlos do Nascimento Rocha** – Comandante da 11ª CIPM (Barra/Graça/Vitória)

**Mariana Ouais** – 14ª Delegada Civil da Delegacia Territorial

**Maurício Lima** – Diretor de Segurança Urbana da Guarda Civil Municipal

**Marcelo Silva** – Inspetor Geral da Guarda Civil Municipal

**Marise Prado de Oliveira Chastinet** – Secretária da Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP)

**Márcia Cardim** – Responsável pela Sub-coordenação de Fiscalização e Licenciamento Sonoro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (SEDUR)

**Kelly Moraes** – Diretora de Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esporte e Lazer (SEMPRE)

**Marcus Passos** – Superintendente de Trânsito e de Transporte de Salvador (TRANSALVADOR)

**Jucimar Jesus dos Santos** – Representante da Prefeitura-Bairro Barra/Pituba

**Paulo Gonzalez** - Capitão da Marinha

## **Abertura**

### **Augusto Vasconcelos**

Explicou que a audiência era fruto de um requerimento da Associação de Moradores e Amigos da Barra (AMABARRA) e que o objetivo do evento era ouvir as pessoas que moram, frequentam e trabalham na região da Barra. Afirmou que o bairro da Barra, assim como muitos outros de Salvador, enfrenta diversos problemas e que o intuito era, junto aos órgãos ali presentes, buscar as soluções. Ressaltou que a Barra, nas últimas semanas, tem deixado de figurar nas páginas de turismo e de eventos, passando a fazer parte das páginas policiais, de degradação ambiental, de desordenamento do uso do solo, dentre outros complicadores. Lembrou que ninguém ali queria ter uma postura higienista, uma vez que o bairro da Barra é da cidade de Salvador, mas sim que o bairro fosse ordenado, com garantia de qualidade de vida para quem mora, trabalha e frequenta a região.

## **Considerações da Mesa**

### **Waltson Campos**

Comentou que a audiência foi motivada pelos acontecimentos registrados na liberação pós pandemia do bairro da Barra. Defendeu que o desordenamento de todos os tipos deve ser combatido de frente. Afirmou que não adianta querer transformar a Barra em um condomínio fechado. Lembrou que já há soluções para praticamente todos os problemas da Barra em decretos municipais, porém estes precisam ser fiscalizados. Falou sobre as demandas que ainda não possuem decretos: abordagem a turistas e moradores, principalmente de pintores de corpo, e os percussionistas, que estão infernizando a vida dos moradores e donos de bares e restaurantes. Defendeu o cumprimento do espaço das boias no Parque Marinho da Barra, pois dezenas de lanchas aportam na área no final de semana, principalmente os de muito sol. Explicou que ali embaixo tem um parque com naufrágios e recifes, e as âncoras das lanchas arrastam e destroem o patrimônio. Afirmou que não há uma política de turismo na cidade, com determinação do que pode ou não, ficando a sensação de que tudo pode. Pontuou que a Barra sofre um processo de carnavalização, pois tudo que é feito no período de 7 dias de carnaval é reproduzido durante o ano inteiro no bairro.

Considerou que durante a pandemia houve uma diminuição desses problemas, mas que agora as pessoas voltaram alvoroçadas para as ruas e não estão mais respeitando o direito coletivo. Afirmou que as pessoas são ameaçadas ou podem levar um tiro apenas por pedirem para que o som seja abaixado. Concluiu dizendo que o desordenamento traz lucro para alguns, por meio de negócios ilícitos.

## **Uildnei Carlos**

Afirmou que durante o primeiro mês após assumir a Companhia já teve a oportunidade de realizar algumas reuniões com a Amabarra e representantes dos bairros da Vitória e Graça, culminando na adoção de algumas providências. Ressaltou que já fora criada uma operação voltada para todos os tópicos que seriam tratados na audiência. Afirmou que o Porto da Barra, aos domingos e feriados principalmente, está gerando muita preocupação e que por este motivo foi intensificado o policiamento na região. Disse que pouco antes de assumir o cargo acompanhou a operação no Porto da Barra para conhecer de perto todos os problemas. Explicou que se trata de um público sazonal enorme, com muita gente de fora, e que os fatos mais graves divulgados pela mídia que aconteceram no local foram acertos de contas de pessoas envolvidas com o crime, com o tráfico e facções. Afirmou que em outros bairros estão sendo combatidos os paredões, que viabilizam a violência crescente, mas garantiu que na Barra não acontecem paredões. Disse que no Porto já está em ação uma força tarefa, uma operação em conjunto com os órgãos municipais, com o objetivo de reduzir esse tipo de atitude e ocorrências na região. Garantiu que as forças de segurança do Estado e do Município não recuarão. Afirmou que os meliantes se aproveitam do fato de que a região é composta por pessoas e comércios de poder aquisitivo maior. Disse que estão enfrentando um problema sério na Graça, onde os dependentes químicos estão arrancando qualquer pedaço de alumínio para vender em troca de droga. Falou que a Operação Verão já foi lançada, com policiais a pé e em motocicletas, e com apoio do grupamento aéreo. Explicou que o papel precípua da Polícia Militar é o policiamento ostensivo preventivo e que muitas ocorrências são evitadas em virtude da viatura ter passado e feito blitz. Defendeu que as ações positivas precisam ser divulgadas. Finalizou falando da importância da união das forças estaduais e municipais, o que já vem acontecendo.

## **Marcus Passos**

Explicou que devido às chuvas daquele dia não poderia continuar no evento e colocou-se à disposição para responder às dúvidas posteriormente. Afirmou que a Prefeitura, o Governo do Estado e a Câmara Municipal têm imprimido esforços para minimizar os danos sofridos pela região da Barra. Anunciou que determinaria a mudança da sinalização da entrada do Yatch Clube, proibindo que motocicletas estacionem após a guarita, pois a desordem envolvendo estes veículos é muito grande no local, com motociclistas consumindo bebidas alcóolicas, pilotando descalços e sem uso de capacete.

## **Mariana Ouais**

Destacou que as demandas da Polícia Civil costumam ser emergenciais. Afirmou que seu trabalho é baseado em um processo de acolhimento através do qual o problema possa ser solucionado ou a pessoa orientada. Lembrou que a atividade precípua da polícia civil é de investigação. Ressaltou a necessidade de informação, exemplificando que o comerciante que teve seu estabelecimento invadido, arrombado ou furtado precisa ir até a delegacia registrar o boletim de ocorrência. Afirmou que nos últimos três meses a Polícia Civil conseguiu prender todos os arrombadores do bairro, porque os comerciantes levaram as informações necessárias até a delegacia, possibilitando efetuar as prisões. Disse que o período pós pandemia chocou a todos com a invasão de um público sazonal que os moradores não estamos acostumados e não sabem lidar. Comentou sobre a baderna, explicando que é preciso traçar planos de ação para estudar o que pode ser feito, pois a baderna em si não autoriza pedidos de prisão. Falou da necessidade de arregimentar esforços para identificar o que pode ser feito para tornar a Barra menos atrativa para este público que tanto incomoda. Afirmou que antes a delegacia funcionava de segunda a sexta-feira em horário administrativo e que, fora desse horário, era preciso se deslocar até a central de flagrantes para conduzir situações que dependessem de procedimentos, como inquérito policial ou lavratura de prisão em flagrante. Concluiu dizendo que agora foi implementado o funcionamento da delegacia aos sábados e domingos, para que todos os problemas da Barra e região sejam resolvidos no próprio bairro.

## **Maurício Lima**

Afirmou que às sextas, sábados e domingos acontecem duas operações casadas da Semop e Guarda Civil nas areias da praia do Porto da Barra para combater o desordenamento. Comentou sobre a melhoria significativa no policiamento após a chegada do Major Uildnei Carlos. Falou que ainda ocorrem casos pontuais de disputas de facções criminosas e que o último acontecimento fora reflexo de uma situação anterior à chegada do Major. Afirmou que a energia da Guarda Civil permanecerá a mesma e que não haverá qualquer retrocesso ou diminuição do emprego da força na região da Barra. Pontuou as diversas ações realizadas pela guarda-municipal durante toda a pandemia no bairro da Barra, como o controle de uso de máscaras, controle da orla desde o Barravento até o Porto, instalação de quatro bases móveis durante mais de seis meses na área, além de ações na praia, no calçadão e por meio de rondas preventivas para contribuição da segurança pública em todo o bairro, ações rotineiras que não foram citadas ou reconhecidas por parte da associação ou dos moradores. Ressaltou que a Guarda Municipal impediu a realização do Réveillon para evitar aglomeração na praia, com emprego de um efetivo enorme, e que houve falta do reconhecimento desse trabalho por parte dos moradores da Barra. Afirmou que está começando a acontecer uma mudança e que nos últimos dois finais de semana já houve uma mudança significativa no local. Finalizou dizendo que vai acontecer uma melhoria na qualidade de vida no bairro e que os marginais e delinquentes que estão vindo de outros bairros para realizar ações criminosas na Barra vão deixar o bairro.

## **Marise Prado**

Comentou que tem recebido muitas pessoas da Barra e da Associação, comerciantes informais, empresários e que a Secretaria tem trabalhado incisivamente na fiscalização para manter o ordenamento na Barra. Afirmou que, com a pandemia, aumentou muito a quantidade de comerciantes informais e que todos querem estar na Barra. Explicou que existe um limite de comerciantes informais para cada bairro e que a Semop, além de não estar mais licenciando ambulantes na Barra, está analisando criteriosamente os que já possuem o licenciamento há muitos anos e estão irregulares, a fim de ordená-los. Garantiu que novatos não estão sendo permitidos. Afirmou que a Secretaria possui uma listagem de todos os ambulantes e que são feitos constantes levantamentos. Disse que a Semop encontrou um problema sério com os barraqueiros do Porto da Barra na reabertura do comércio pós pandemia, quando foram liberados apenas 5 kit praia por permissionário e eles não respeitam e insistem em colocar 10, 15, 20, gerando uma desordem muito

grande. Afirmou que a Secretaria, junto com a Guarda Municipal, realiza o ordenamento toda manhã e toda tarde, recolhendo dos barraqueiros os kits colocados a mais e mantendo a ordem no Porto da Barra. Ressaltou que nas outras áreas está sendo feita uma operação conjunta integrada, nas sextas sábados e domingos, com o apoio da Semop, Polícia Militar, Sedur, Guarda Municipal e Polícia Civil para manter o ordenamento no Porto da Barra. Afirmou que a intenção do Município é melhorar as condições de trabalho dos comerciantes formais, informais e da população que frequenta o Porto da Barra. Falou da grande dificuldade em lidar com os ambulantes, exemplificando que, muitas vezes, eles são retirados de um local e quando a fiscalização vai embora, retornam, não obedecem. Afirmou que a Semop sempre dialoga mostrando que é fundamental eles permanecerem no local ordenado e determinado, mas que é muito difícil. Finalizou garantindo que os fiscais do órgão são treinados a manter o diálogo e buscar o consenso e lembrou que existem ambulantes que respeitam e outros que não respeitam de forma alguma.

### **Kelly Morais**

Explicou que o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) é um grupo especializado em fazer a sensibilização, o convencimento e o acolhimento de pessoas em situação de rua, sejam elas moradores, pessoas em situação de mendicância, pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas ou aquelas com transtorno mental. Esclareceu que a assistência trabalha de forma voluntária e não compulsória, não sendo possível obrigar um assistido a ir até uma unidade de acolhimento. Afirmou que atualmente são 17 unidades de acolhimento na cidade, com 1100 vagas ofertadas para adultos, homens, mulheres, crianças, famílias e casais. Ressaltou que o uso de substâncias psicoativas tem sido um dos maiores problemas no que tange ao serviço de acolhimento. Afirmou que desde o dia 25 de setembro de 2021 foram feitas 690 abordagens a possíveis pessoas em situação de rua. Dessas 690 abordagens, baseadas na sensibilização, no poder de convencimento e no diálogo das equipes, houve: 38 acolhimentos em unidades institucionais, que possuem um serviço multidisciplinar com equipe composta por assistente social, psicólogo, coordenador, pedagogo, técnico de enfermagem e educadores sociais, com o objetivo de que essas pessoas possam ser reinseridas na sociedade e ter suas vidas ressignificadas; e 116 encaminhamentos para serviços diversos, pois muitos não têm documentos, precisam ser encaminhados para Creas ou Cras ou precisam de acompanhamento jurídico. Afirmou que na Barra existe uma equipe de monitoramento constante, diário e contínuo, com 53 colaboradores na equipe do Seas entre educadores sociais e técnicos (assistentes sociais e psicólogos). Lembrou que existem casos crônicos, como uma mulher conhecida como Jailene que aparece sempre sangrando e ferida, porém não aceita acompanhamento, encaminhamento,

direcionamento e isso só pode ser feito de forma voluntária. Falou também do caso Adilson e Ana Paula, casal recentemente queimado na Barra, aos quais os serviços eram continuamente ofertados, porém não aceitavam devido ao uso de substâncias psicoativas. Contou ainda o caso de Fábio, acolhido recentemente na unidade de Itapuã, com solicitação de documentos em andamento. Concluiu pedindo atenção dos moradores na escolha das doações que desejam fazer, buscando, através do 156, entidades registradas para este fim.

### **Márcia Cardim**

Afirmou que atualmente existe um total de 35 mil denúncias de poluição sonora registradas pelo 156, canal oficial de denúncias, a maioria advindas de veículos automotores. Afirmou que na Barra são 509 denúncias registradas, a maioria contra estabelecimentos comerciais (212 denúncias contra bares e restaurantes). Afirmou que foi realizada uma reunião para tentar conscientizar os empresários e explicar que a Sedur não existe apenas para punir, apreender som ou lavrar infração, mas que o órgão primeiro dialoga, explica o que a lei determina, apresenta as queixas dos moradores e solicita a conscientização e o licenciamento sonoro. Afirmou que todo estabelecimento comercial, para realizar qualquer tipo de atividade sonora no município, tem que licenciar pela Sedur e possuir o alvará de funcionamento. Explicou que, no passado, era permitido que os estabelecimentos comerciais fizessem uso de som em logradouro público, mas que devido à alta demanda de denúncias de bares e restaurantes, foi explicado aos empresários que o alvará que a Sedur concede não permite mais o uso de som em logradouro público, apenas na área interna do estabelecimento. Falou das três operações ativas na Barra atualmente: Tolerância 0, que realiza fiscalização sonora relacionada aos protocolos definidos no decreto municipal da pandemia; Operação Morfeu, em conjunto com a Guarda Municipal; e Operação Cílere, integrada com a Polícia Militar, Polícia Civil, Transalvador e Sedur, para tentar combater os veículos automotores e as festas em área pública. Afirmou que, somente na área entre o Porto da Barra e o Cristo, já foram apreendidos 15 equipamentos sonoros tanto em logradouros públicos como na areia da praia. Orientou os empresários e moradores a ligarem para o 156 e registrarem a denúncia de atividade sonora irregular, pois é a partir daí que é traçado o roteiro e decidido o que será feito pelas equipes. Lembrou que a poluição sonora trabalha em regime de plantão de 24h.

## **Jucimar Jesus dos Santos**

Ressaltou que é muito importante para a Prefeitura-Bairro Barra-Pituba estar sendo meio de comunicação, intervindo e mediando as demandas da região, que compreende 22 bairros, desde o Corredor da Vitória até Armação. Afirmou que, no que tange à Prefeitura-Bairro, a iluminação pública interfere diretamente na sensação de segurança e na própria segurança. Levantou o questionamento a respeito do que torna, nesse período de sazonalidade, o Porto da Barra um local mais atrativo para a população do que sua própria localidade. Questionou o que está faltando nas comunidades de Salvador que as pessoas estão encontrando no Porto da Barra e que está gerando esse caos. Afirmou que a sazonalidade do público da Barra obriga os órgãos a repensarem toda a estratégia de segurança, serviços públicos e abordagem social, uma vez que as necessidades de cada bairro são estabelecidas de acordo com a população fixa do mesmo.

## **Paulo Gonzalez**

Afirmou que o Parque Natural Municipal Marinho da Barra possui 6 boias que o delimitam na profundidade de 10 metros e que, inicialmente, na concepção do Parque, o Conselho Gestor idealizou a possibilidade de aquele ser um ponto turístico de grande frequência para mergulhadores, seja de apneia, de esnórquel ou de ar comprimido. Ressaltou que o artigo 9º do Decreto de 08 de abril de 2019 diz que na área do Parque está assegurada a navegação e o fundeio de embarcações. Explicou que o objetivo era uma atividade econômica rentável, pois existe uma operadora de mergulho na Barra, mas que esbarrou em alguns problemas envolvendo lanchas de esporte e recreio. Disse que a Marinha recebeu notícia do Ministério Público do Estado da Bahia afirmando que os fundeios ou ancoragens naquela área estão causando degradação ambiental, uma vez que se trata de local com intensa fauna e flora marinha e por existirem três naufrágios dentro do Parque. Em resposta a essa notícia, foi emitida pelo Capitão de Esportes a portaria 96, que já traz uma proibição para fundeio a 100 metros de distância do vertical onde estão os três naufrágios. Sugeriu que se chegue a um consenso sobre como explorar e ao mesmo tempo preservar o local. Defendeu que fechar as boias com um cabo de aço interligando todas elas para impedir a entrada no Parque Marinho por via marítima não é a solução, pois inviabilizaria a prática de mergulho e a chegada das operadoras para fazer mergulho. Sugeriu colocar boias em cima desses naufrágios e sinalização, para que as lanchas tenham a noção exata de onde estão os três naufrágios. Sugeriu ainda a instalação de cabos de aço deixando apenas uma vertente, formando uma espécie de hexagonal, para a entrada das embarcações de mergulho, restringindo assim a entrada de uma quantidade



grande de embarcações. Lembrou que, durante a pandemia, na época em que era permitido o acesso à praia do Porto da Barra para a prática de esportes aquáticos, surgiram problemas envolvendo as embarcações, que se aproximavam da faixa de areia dividindo o espaço com nadadores e praticantes de mergulho em apneia. Lembrou ainda que agora, com o retorno das atividades, há também os banhistas na faixa de areia. Afirmou ser um risco muito grande lanchas, nadadores, mergulhadores e banhistas dividirem o mesmo espaço e que o ideal seria estabelecer um conjunto de boias, como foi feito no Parque Marinho, para delimitar as áreas do pessoal que vem da praia e das lanchas. Deu como exemplo a parte esquerda da praia, onde existe uma barreira tradicional de barcos de pesca que impede que as lanchas adentrem a praia por ali. Sugeriu estabelecer que na parte direita da praia sejam delimitadas áreas para os praticantes de esportes e áreas para a ancoragem das lanchas, buscando ordenar o espaço para evitar acidentes. Afirmou já haver relatos de praticantes de mergulho em apneia de que a lancha passou por cima deles, muito próximo à linha de tela. Finalizou indicando o planejamento e balizamento imediatos na área para evitar acidentes.

### **Marcelo Silva**

Reafirmou que não havia cunho higienista na audiência, mas que era preciso limitar e ordenar o uso dos espaços públicos. Sugeriu idealizar um deck/cais para as embarcações no Porto da Barra com uma distância um pouco maior e instalar uma raia para o pessoal da natação. Pediu colaboração da população em não apenas registrar por meio de aparelhos eletrônicos os atos impróprios flagrados, mas, principalmente, ligar para os órgãos responsáveis para registrar e fornecer as informações necessárias à devida atuação e coibição de delitos.

### **Comentários da Plenária**

### **Francesca Maia**

Sugeriu campanhas educativas na mídia e Prefeitura-Bairro e ampliação da fiscalização para tentar diminuir o vandalismo e pichações na cidade.

## **Gabriela**

Sugeriu que eventos semelhantes aconteçam com maior frequência para que o poder público possa conhecer de perto os problemas dos bairros e fazer uma escuta qualificada e personalizada. Afirmou que a Barra é um sítio histórico importante mundialmente e que sua preocupação, enquanto arquiteta e moradora, era com os movimentos históricos e principalmente com o carnaval. Considerou ter havido um esvaziamento da Barra após a requalificação desastrosa que veio destruindo o bairro como um todo. Ressaltou que houve a perda de muitas árvores com justificativas que não foram aceitas pelos moradores. Falou da população de fora que “se muda” para o bairro e que isso são resíduos dos praticamente 60 dias de carnaval, momento em que ocorre a quebra dos passeios para instalação de andaimes para colocação dos camarotes, entre outros problemas. Comentou sobre a quantidade enorme de latinhas encontradas no Parque Marinho da Barra no pré e pós carnaval. Afirmou que o bairro possui 17 mil moradores e precisa comportar, durante 10 ou 15 dias, um milhão de pessoas. Finalizou questionando como será tratada a questão da poluição sonora no caso de haver carnaval.

## **Ivan Pugliesi**

Afirmou que foi feito um projeto urbanístico para a Barra mas que não foi feito um projeto sócio-econômico. Comentou sobre o problema que se tornou o Pelourinho durante muitas décadas com a desabitação da área por parte de uma população rica que abandonou o local. Afirmou que a Barra está caminhando para a degradação e conseqüente desabitação. Ressaltou que a segurança pública se faz primeiro ostensivamente, depois repressivamente, quando necessário, mas principalmente com inteligência. Defendeu a necessidade de um projeto de inteligência para a Barra, evitando delitos e crimes, prendendo e/ou retirando meliantes. Garantiu que os moradores da Barra pedem apenas para que tenham o direito de usufruir um pouco do bairro. Contou que reside no Edifício Oceania, defronte um bar que projeta som até 23h diariamente, porém nada é feito, os moradores ligam para a Sedur e o órgão não atende. Pediu o cumprimento da lei. Explicou que o Farol da Barra funciona como uma espécie de concha acústica que amplifica o som. Disse que o dono do estabelecimento afirma estar projetando 70 decibéis, mas que em sua residência chega a 95. Afirmou que, diante da inércia dos órgãos responsáveis, o próximo passo adotado pelos moradores será entrar com uma Ação Civil Pública contra o Município pelo não cumprimento da lei. Sugeriu que, além de um Plano Sócio-econômico para a Barra, haja um Plano de Transporte e Trânsito. Garantiu que existem formas de resolver o problema da falta de estacionamento. Finalizou dizendo

que, unindo as questões relacionadas à segurança pública e ao estacionamento, encontra-se onde estão os tentáculos do tráfico de drogas.

### **Vagner Sanches**

Apresentou-se como comerciante da Barra, com ponto comercial (imobiliária) localizado em frente à Praça do Tamarineiro, onde enfrenta diversos problemas, como o constante barulho alto, o tráfico de drogas, um depósito de bebidas que funciona também como bar, porém sem oferecer banheiro aos clientes, que urinam no espaço da praça e nos muros ao redor. Afirmou que tenta organizar o lixo com grande dificuldade. Disse que, no final da tarde, a Transalvador é rápida em multar os frequentadores que estacionam irregularmente na área, porém o órgão retirou todos os piquetes que haviam no local, onde agora estacionam os veículos que trazem as bebidas. Contou que adotou e reflorestou a área da Praça, mas que em uma semana destruíram tudo. Afirmou que tenta ligar para 156 para fazer as denúncias desde a manhã até a noite e não consegue contato algum. Finalizou dizendo que vê os traficantes deixando drogas no local, mas que não pode fazer nada e que está vendo seu comércio cada vez mais em decadência.

### **Sergio Bezerra**

Apresentou-se como síndico do Edifício Oceania, cujos moradores estão enfrentando problemas seríssimos com a constante malandragem dos transeuntes na frente do prédio, local onde fazem suas necessidades fisiológicas. Disse ser proprietário do bar Habeas Copus, localizado na Marquês de Leão, onde enfrenta problemas seríssimos com a falta de segurança pública, pois já houve até tiroteio em rua próxima, Rua Dom Marcos Teixeira. Afirmou que nesta rua funciona um depósito de bebidas que se tornou foco dos pranchões que surgem após o fechamento do mercado formal da Barra, tocando som alto a noite inteira. Pediu ao representante da Prefeitura-bairro que solicite manutenção no sentido de retirada para limpeza das grades utilizadas durante a requalificação da Barra localizadas na Rua Marquês de Leão, pois a sujeira das mesmas está acarretando um festival de baratas, mosquitos e muriçocas que estão impedindo os clientes de sentar e usufruir da área. Pediu um programa de manutenção preventivo e corretivo para todas as grades semelhantes da região. Afirmou que as ruas principais da Barra estão bem iluminadas, porém as transversais estão muito mal iluminadas, desde a Dias D`Ávila até a Alfredo de Magalhães, propiciando o esconderijo de meliantes. Falou da questão de sonorização, que é terrível e que está incomodando todos os

moradores, em sua maioria idosos, dos prédios ao redor da Marquês de Leão. Finalizou dizendo que os moradores já estão com ação em andamento contra todos os bares que promovem poluição sonora na região, incluindo o Bar Dendê, ao lado do Farol da Barra.

### **George Árleo**

Afirmou que o bairro da Barra se tornou um atrativo porque há carência de atrativos em outros bairros, e porque a orla de Salvador está abandonada há mais de 20 anos. Disse que a Barra passou a suprir uma carência de requalificação da orla de Salvador. Ressaltou que existe um plano de requalificação da orla na Prefeitura e que é preciso retomar, insistir e fortalecer esse plano. Defendeu que o público que frequenta a Barra não é mais sazonal, uma vez que está presente todos os domingos e segundas, bem como todas as noites. Sugeriu que o planejamento de atuação e quantitativo dos prepostos da Sedur, Semop, Polícia Militar e Civil seja uniforme em todos os dias da semana, com aumento de efetivo aos domingos e segundas. Sugeriu a realização de blitzs de alcoolimia, pois são inibidores.

### **Gilian**

Reconheceu o trabalho dos órgãos de segurança pública na Barra. Reforçou a reclamação de que o 156 não funciona.

### **Roberto Carlos**

Apresentou-se como ambulante. Sugeriu a colocação de um outdoor nas três entradas da praia do Porto da Barra, ou pelo menos em duas, avisando que é proibida a utilização de recipientes de vidro, churrasqueiras e aparelhos de som. Afirmou que o fato de a bebida ser muito barata atrai as pessoas para a Barra, pois são mais de 30 depósitos vendendo cerveja a R\$ 3,00. Reclamou da pequena quantidade permitida de cadeiras e sombreiros (10 cadeiras com 5 sombreiros). Explicou que muitas vezes as pessoas compram as bebidas muito mais baratas em cima e descem para a praia, onde alugam duas cadeiras com guarda sol por 10 reais para passar tempo indeterminado. Afirmou que são permitidos apenas cinco kits para alugar por dia, totalizando apenas 50 reais, e que ainda tem o custo de 20 reais com gelo mais os dois auxiliares. Sugeriu que cada barraca tenha no máximo dois

auxiliares, crachá e uniforme para os funcionários. Pontuou que há barraqueiros colocando até 90 cadeiras na área. Sugeriu o retorno do kit anterior, composto por 20 cadeiras e 10 guarda-sóis. Finalizou dizendo que os depósitos estão acabando com o trabalho dos ambulantes, que acabam focando só nas cadeiras já que não conseguem vender bebidas.

## **Regina Serra**

Leu o seguinte texto: “Este singular sítio histórico hoje está à beira do colapso, como resultado de uma intervenção de requalificação urbana realizada sem a participação comunidade, amparada num questionável marco legal, o PAC da Copa. A Lei 10257/2001 – Estatuto das Cidades – que regulamentou os Art. 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, incorporou o Direito à Cidade, estabelece, no seu Art. 2º: a política urbana tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, incluindo, no parágrafo II: a gestão democrática, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. Nestes instrumentos legais, que consolidam o Município como base do federalismo brasileiro, o Plano Diretor é a principal ferramenta que traduz o planejamento participativo, democrático e transparente que garante o Direito à Cidade. Metodologicamente, para se resolver um problema, é necessário saber qual é o problema. Se o problema é a desordem urbana, temos que exigir um plano que a ordene, do qual nós devemos ser protagonistas. Consulta Pública é participação? Evidentemente que não, menos ainda quando o IPHAN assume prerrogativas municipais estabelecidas para o Plano Diretor que, obrigatoriamente, devem transitar pelo Conselho Municipal de Salvador, principal instância de participação para tratar de questões urbanas. Temos o amparo legal do Art. 5º do PDDU, que prioriza a elaboração participativa do Plano de Bairro, plano que pode ser para um bairro como para mais de um, como estabelece o Art. 352. A participação da comunidade é tão importante que ele até pode ser elaborado pelo procedimento da Iniciativa Popular, como exposto no Art. 363, bastando, para isso, que 2% dos eleitores cadastrados do bairro o solicitem. Já considerando o escopo deste plano urbanístico setorial, temos que lembrar a anunciada chegada do metrô à Barra. Nesse aspecto, o PDDU define, no seu Art. 333, que, em um raio de 800m das estações de Metrô e de VLT, devem ser promovidas transformações urbanas localizadas. Se levamos em consideração que o raio estabelecido de 800m abrange o bairro na sua totalidade, só este fato novo justifica a necessidade de um novo plano urbanístico de requalificação do bairro. Até parece que esta transformação urbana foi incorporada ao PDDU pensando no nosso bairro, que evidentemente, terá que incorporar positivamente, ao seu planejamento, o grande

impacto gerado por este transporte de alta capacidade. Como a elaboração do Plano de Requalificação do Bairro, além de tempo, exige conhecimentos técnicos específicos, nós, arquitetos e urbanistas moradores e amigos da Barra, nos colocamos à disposição para colaborar com a Amabarra no que seja necessário, inclusive nas ações emergenciais que esteja negociando”.

### **Maira Oliveira**

Apresentou-se como representante e condômina do Condomínio Edifício Bahia Flat. Pediu ajuda para remoção das mesas e cadeiras instaladas na via pública em frente ao condomínio por parte de um restaurante, cujo dono é inquilino do referido condomínio, que explora a área, pois os sombreiros estão acarretando a perda da visão da piscina de borda infinita para a praia. Afirmou que dias atrás a Sedur e a Semop estiveram no local e fizeram a retirada das mesas, porém no dia seguinte tudo foi recolocado. Afirmou que o condomínio possuía uma placa de embarque e desembarque que foi retirada com a colocação das mesas, impossibilitando que os moradores desembarquem na frente do condomínio sem ser notificados pela Transalvador. Reclamou da falta de segurança pública e dos constantes assaltos e usuários de drogas no local. Reclamou dos cachorros de um senhor que ficam em uma casa próxima ao condomínio que, além de assustar e morder as pessoas, latem o dia inteiro. Afirmou que já fez diversas queixas referentes à retirada das mesas e cadeiras através do 156 e que Sedur e Semop fazem um “jogo de empurra” e não resolvem o problema. Afirmou que o restaurante alega estar seguindo todas as determinações do decreto e ter autorização da Prefeitura para atuar, mas que, no entanto, o próprio decreto proíbe a colocação de mesas e cadeiras em frente a área de condomínio.

### **Deuzimari Moraes**

Reclamou do desrespeito sofrido por idosos e bebês residentes da Barra, que pagam impostos e vivem praticamente em prisão domiciliar devido à insegurança e bagunça comuns no bairro atualmente. Reclamou da incompatibilidade entre a maquete apresentada para a requalificação da Barra e o que realmente foi feito na obra.

## **George Olavo**

Pedi o ordenamento do território marinho da Barra e que o Plano de Requalificação da Barra seja estendido para o mar. Comentou que o Brasil tem expressão na natação mundial devido a nadadores baianos que se expõem treinando na Barra, na área entre o Farol da Barra e o Solar do Unhão, sendo esta uma área de treinamento sério com equipes organizadas. Defendeu ser muito difícil o balizamento na área, mas que com um planejamento participativo, a partir da escuta de todos os segmentos de usuários, como nadadores, remadores de prancha, surfistas, canoas, velejadores, embarcações rápidas, lanchas e pescadores, é possível fazer um zoneamento na área. Concordou com o uso dos naufrágios para fins de mergulho recreativo, limitando a entrada das lanchas na área do Parque Marinho, desde que seja assegurado o direito dos pescadores, que utilizam os naufrágios como áreas de pesca. Falou da importância de todos os usuários seguirem as normas de uso de conduta responsável no mar.

## **Paulo Gonzalez**

Afirmou que existe um convênio entre a Fundação Bahia Viva e a Prefeitura que diz respeito a várias áreas e que o ordenamento precisa começar com um debate amplo entre todas as partes interessadas. Defendeu que tentar separar e delimitar os espaços para cada tipo de usuário/atividade, embora possível, não pode ser imposto, precisa ser discutido. Comentou que até mesmo a instalação dos cabos de aço entre as boias para restrição do acesso das lanchas, questão levantada anteriormente, precisa ser discutida para saber até que ponto restringir. Finalizou dizendo que este é um diálogo ainda incipiente e que é preciso elaborar um plano de ordenamento discutido com todos os usuários e interessados para depois passar para as etapas de execução.

## **Augusto Vasconcelos**

Comentou sobre o projeto de própria autoria que está em tramitação na Câmara para a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia Azul, como resultado de uma audiência anteriormente realizada sobre Economia do Mar. Afirmou que o objetivo é formar uma frente com parlamentares e a sociedade civil para discutir não só a Baía de Todos os Santos, como toda a orla atlântica em seus variados aspectos, econômico, esportivo, ambiental, transporte, entre outros, já que Salvador é a capital com a maior orla do país.

### **Elson Cardoso**

Afirmou que a Barra sofre com problemas de segurança, saúde e desrespeito geral com os moradores. Lamentou que pessoas saiam de seus bairros para tirar a paz dos outros em outro bairro.

### **Rosana Iores**

Afirmou que deveria haver a requalificação de toda a orla de Salvador, que é imensa, para desafogar a Barra. Falou da falta de segurança pública, comentando sobre um crime ocorrido na semana anterior na Barra, que culminou no assassinato de um funcionário da zona azul. Questionou por que existem funcionários da zona azul para cobrança de estacionamento em via pública e, ao mesmo tempo, guardadores de carro disputando, gritando e brigando entre si. Reclamou que após a requalificação da Barra, a Rua Afonso Celso, que era muito tranquila, ficou muito prejudicada, pois passou a ser a rua onde passam os ônibus e onde o tráfego é desviado. Questionou que, no entanto, a drenagem pluvial que foi feita em toda a orla e na Marquês de Leão não foi feita na Rua Afonso Celso, ocasionando o alagamento desta rua em dias de chuva, com água retornando pelas tubulações dos apartamentos. Solicitou drenagem para esta rua.

### **Claudia Bezerra**

Afirmou que 70% da cidade de Salvador é informal e que a Barra corresponde aos 30% formal. Defendeu que era preciso resolver a cidade inteira. Reclamou que a população não foi ouvida durante as discussões e aprovação do PDDU e que nem o diagnóstico sobre os problemas da cidade foi publicado. Sugeriu a elaboração de um plano (modelo) sócio-econômico de segurança para uma cidade. Defendeu a integração das ações dos órgãos, com atuação coletiva e conjunta. Sugeriu que nas próximas audiências as falas sejam intercaladas, autoridades e moradores, pois do contrário os moradores acabam falando para ninguém.

### **Adelia Xavier**

Afirmou que a Barra é muito atrativa porque é permissiva. Reclamou da passagem dos tambores, que passam até 22h. Afirmou que já reclamou diversas vezes na Prefeitura sobre poluição sonora.



## **Considerações finais**

### **Augusto Vasconcelos**

Afirmou que o problema da Barra é reflexo de uma cidade marcada pelo desemprego, pela fome, pela inflação e por pessoas que perderam a perspectiva de sobrevivência. Concluiu dizendo que a situação é agravada pela violência e pelo crime organizado, com a conivência de alguns setores e determinadas práticas.

### **Encaminhamentos:**

- Elaboração de relatório com todas as questões colocadas na audiência;
- Monitorar junto aos órgãos governamentais o cumprimento das medidas citadas na audiência.

Salvador, 8 de novembro de 2021.

Augusto Vasconcelos

Vereador

Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

Thamires Almeida

Coordenadora Técnica da Ouvidoria

Matrícula 6065